

## Associação Nacional de História – ANPUH

### XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

#### Consciência de classe, de Marx a Thompson: implicações prático/teóricas de um conceito

Demian Melo\*

**Resumo:** O propósito desta comunicação é discutir o conceito de “consciência de classe” a partir da formulação de Edward P. Thompson. Para tanto é necessário localizar em que medida a proposição thompsoniana continua ou rompe com os termos do debate marxista, inaugurado com a célebre distinção feita por Marx em *Miséria da filosofia*, entre “classe-em-si” e “classe-para-si”, passando pelo debate iniciado por Karl Kautsky em *O caminho do poder*, Lênin em *O que fazer?*, Lukács em *História e consciência de classe* e Antonio Gramsci em sua discussão sobre os “intelectuais orgânicos”.

**Abstract:** In this article we intent to argue the concept of “*class conscience*” based on the formalization of Edward P. Thompson. To do so, it is necessary to locate in what manners the Thompson preposition continues or breaks with the terms of the Marxist debate, inaugurated with the distinction made by Karl Marx in “*Misery of the philosophy*”, between “*class-in-itself*” and “*class-for-itself*”, walking through the debate initiated by Karl Kautsky in “*The Way of Power*”, Lenin in “*What to Do?*” Lukács in “*History and Conscience of Class*” and Antonio Gramsci in its quarrel on the “*organic intellectuals*”.

Abordaremos o conceito desde de sua primeira elaboração na obra de Marx, percorrendo o itinerário deste conceito nos autores que, a partir das indicações contidas na obra do autor de *O Capital*, aprofundaram e ampliaram o debate sobre o conceito, até a controversa elaboração do historiador britânico Edward Palmer Thompson presente no seu "Prefácio" a sua *A formação da classe operária inglesa*.

#### **Karl Marx**

O encontro de Marx com a classe trabalhadora marca sua adesão ao comunismo, como demonstram seus biógrafos. Na década de 1840, o então jornalista jovem-hegeliano, influenciado pela doutrina do também alemão Ludwig Feuerbach, tenta apropriar-se da crítica da religião deste para empreender uma crítica a política, como pode-se observar em seu texto

---

\*Mestrando do Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da UFF e bolsista do CNPq.

*Introdução a crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Mas logo percebe os limites de tal projeto quando observa a necessidade de passar da crítica da política à crítica da sociedade. É neste percurso que Marx encontra no proletariado a classe que por sua condição histórica representa o conjunto das opressões do gênero humano, e sua emancipação confunde-se com a própria emancipação humana (Frederico, 1995). Segundo Michel Lowy, o encontro de Marx com o proletariado dá-se a partir de seu contato com as sociedades secretas dos comunistas franceses, da *Liga dos Justos* (que mais tarde se tornaria a *Liga dos Comunistas*), com o movimento cartista inglês e com a revolta dos operários silesianos, eventos ocorridos em meados daquela década (Löwy, 2002).

Mas a eleição da classe operária como sujeito do processo revolucionário denotava ainda a necessidade de que este setor da sociedade superasse a situação de estranhamento a qual o processo de trabalho lhe impunha, tal como o autor já havia verificado em seus *Manuscritos econômicos e filosóficos* de 1844. Só com a superação desta condição poderia a classe trabalhadora torna-se sujeito do processo histórico. Em sua polêmica com Proudhon, *A miséria da filosofia*, Marx voltaria ao tema, propondo que devesse se levar em conta que em sua situação de classe explorada, a classe trabalhadora já seria uma “classe em si”; mas só quando, consciente de seus interesses, tal classe parte para a luta contra seu opositor, torna-se uma “classe para-si” (Marx, 1987). Tal distinção tornara-se central na problemática marxista, sendo a partir desta trilhado todo o debate posterior. Cabe apontar que nesta distinção Marx faria uso da conceituação análoga de Hegel – presente especialmente em sua *Fenomenologia do espírito* – para o desenvolvimento do “espírito absoluto”, constituindo a História (*Geschichte*) o desenvolvimento deste operado na passagem do em-si ao para-si (Hegel, 1980). Assim, na dialética marxiana, a passagem da classe-em-si para a classe-para-si, significaria uma superação (*Aufhebung*) de sua condição inicial, mas guarda relação que elementos essenciais presentes nesta mesma condição.

A opção de Marx pelo mundo do trabalho em oposição ao capital levou a que este enfrentasse problemas com uma série de antigos amigos, como Bruno Bauer e seus irmãos Edgar Bauer e Egbert Bauer, levando o primeiro a escrever em parceria com Engels *A Sagrada Família*. Como forma de ligar-se ao proletariado, Marx ingressou em uma sociedade secreta de exilados alemães em Londres, mas propôs (com Engels) a transformação radical daquela organização modificando seus estatutos. O que estava em sua mente era que a classe operária necessitava está armada teoricamente para organizar a derrubada da ordem burguesa. Sabia Marx que a classe trabalhadora estava submetido a um processo extremo de exploração, resultando em seu estranhamento em relação ao produto de seu trabalho; deixando o

proletariado entregue a própria sorte, grandes seriam as dificuldades para que este efetua-se uma ação efetiva contra o capital.

É neste contexto que surge o *Manifesto do Partido Comunista*. Escrito entre o fim de 1847 e início de 1848, o texto fora encomendado pela Liga dos Comunistas, organização a qual Marx e Engels adentraram com o intuito de ligar-se ao proletariado revolucionário, tal como já afirmamos acima. Mas é necessário fazer uma advertência inicial. A palavra partido, presente no título do documento não diz respeito ao que hoje entendemos como partido político, e sim a aquilo que chamamos “tomar partido”, “tomar parte de algo”. Segundo Hobsbawm:

*(...)o 'Partido Comunista' a que se referia o título de seu manifesto nada tinha a ver com os partidos da moderna política democrática ou os 'partidos de vanguarda' do comunismo leninista, para não falar dos partidos estatais de tipo soviético e chinês. (...) 'Partido' ainda significava essencialmente uma tendência ou corrente de opinião ou política (...) (1998; 299).*

Não é por acaso que no decorrer do texto, na parte intitulada “proletários e comunistas”, afirma-se que “os comunistas não formam um partido à parte do proletariado, oposto aos outros partidos operários”. Mesmo assim, não deixa de estar presente no texto a formulação a partir da qual baseia-se toda a discussão posterior sobre a forma partido: o fato dos comunistas constituírem a parte mais “consciente” do movimento operário; àquela que tenha a clara dimensão dos interesses gerais e históricos do proletariado (Marx & Engels, s.d., p.31).

Em diversos momentos de sua trajetória, Marx enfrentou prática e teoricamente o problema do partido revolucionário, quando de suas disputas com outras correntes socialistas no âmbito da *Associação Internacional dos Trabalhadores*, ou em momentos posteriores, eternizados em textos como *Crítica ao Programa de Gotha*. Em todos estes debates encontra-se como base sua formulação sobre a consciência de classe.

Em *O Capital*, sua obra mais madura, Marx discutiu os limites impostos pelo capital à vida prática da classe trabalhadora para que esta conseguisse chegar a conclusão da necessidade histórica de construção de uma nova sociabilidade. No trecho em que aborda o fenômeno do fetichismo da mercadoria, central à reprodução da sociedade produtora de mais-valia, e mesmo quando relata as condições de exploração – como no capítulo VIII – observa-se que o autor estava longe de uma visão romântica da classe operária, e que tinha consciência da necessidade da auto-organização autônoma da classe.

## **A II Internacional, Lênin, Rosa e Leon Trotski**

Partindo desta problemática marxiana, Karl Kautsky, então um respeitável teórico da social-democracia alemã, em seu livro *O caminho do poder* (1979), chegaria a conclusão de que a “consciência de classe” do operariado viria de fora, trazida pelos intelectuais informados da teoria marxista. Tal concepção ganharia força no debate russo em *Que fazer?* de Lenin (1979), quando este afirmou que por si só classe operária desenvolveria apenas uma consciência sindicalista (trade-unionista), sendo necessário o partido revolucionário para que o proletariado adquirisse a verdadeira consciência de classe. Mas há ainda um avanço singular operado pela contribuição leninista à teoria do partido. No plano organizativo, Lenin apresentará a fórmula do centralismo democrático, provocando uma verdadeira revolução na forma como se organizaram, especialmente a partir da Revolução Russa de 1917, e mais ainda após a fundação da Internacional Comunista (1919), as organizações revolucionárias em todo o mundo. O partido revolucionário deve ser a vanguarda da classe trabalhadora, constituída por seus elementos mais conscientes, formada de revolucionários profissionais, que discutiriam internamente com a mais completa liberdade democrática; uma vez decidida a posição, deveriam agir de forma centralizada; “como um homem só”. “Sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário; sem partido revolucionário não há revolução”, assim resumiria Lenin sua fórmula.

Leon Trótsky, tal como outros revolucionários do início do século XX (Rosa Luxemburgo, por exemplo), relutaram inicialmente a aceitar a fórmula do partido leninista. Só em agosto de 1917, Trótsky adentrou as fileiras do partido de Lenin. Rosa Luxemburgo advogava que a formulação leninista desprezava a iniciativa revolucionária das massas e concebia uma forma de organização extremamente autoritária. O sucesso da Revolução Russa e o fracasso da Revolução Alemã parecem ter dado razão a Lenin, afinal a falta de uma organização revolucionária e a hegemonia da ideologia reformista no seio do proletariado alemão foram decisivos na derrota, que acabou custando a vida da própria revolucionária polonesa. Independente disto, e discordando de outros pontos da elaboração luxemburguista, Lênin e os bolcheviques nutriam um grande respeito à Rosa Luxemburgo, como pode-se ler no discurso proferido pelo líder bolchevique à memória desta.

Apesar de sua adesão ao bolchevismo às portas da revolução, Trotsky tornou-se um dos maiores defensores desta forma organizativa, a despeito do que afirmavam seus detratores stalinistas. No documento fundador da sua IV Internacional, o *Programa de Transição*, pode-se ler uma formulação absolutamente leninista logo no início do texto,

quando este afirma que: "A característica fundamental da situação política mundial, no seu conjunto, é a da crise histórica da direção do proletariado (Trotsky, 2004; 10)." Ou seja dado o papel contra-revolucionário que a burocracia stalinista passou a cumprir após a morte de Lênin, levando a derrotas históricas do proletariado na China em 1927, na Alemanha com a vitória de Hitler em 1933 – facilitada pela formulação de que a social-democracia alemã seria "social-fascista" – e na Guerra Civil espanhola, seria necessário a construção de organizações revolucionárias que preservassem a tradição bolchevique, constituindo uma ferramenta para a tomada do poder pelo proletariado na revolução mundial.<sup>1</sup> A "direção do proletariado" que aparece no texto evidentemente refere-se ao Partido, tal como é entendido na tradição leninista.

### **Lukács e Gramsci, voltando ao assunto...**

A esta altura do campeonato é possível criticar esta exposição como tendo fugido ao tema proposto inicialmente, tendo-se enveredado pelo tema do Partido. Entretanto é preciso lembrar que o conceito de "consciência de classe" é a base sob a qual formulou-se a teoria do Partido revolucionário, sendo assim justificada a digressão feita acima.

É nestes termos que podemos encarar *História e consciência de classe* (2003), escrito pelo filósofo húngaro Georg Lukács nos idos dos anos de 1920. A obra constitui-se de artigos escritos no período de adesão de Lukács ao marxismo. Operando com a distinção de "classe-em-si" e "classe-para-si", o autor denominou a primeira de "consciência psicológica", a segunda de "consciência adjudicada". Munido de grande erudição conceitual, além de um conhecimento razoável da obra disponível de Marx no período,<sup>2</sup> Lukács aborda com maestria o problema dos limites objetivos à consciência das classes sociais. Seguindo as sugestões presentes no *18 do Brumário* de Marx, de cara explica a impossibilidade da pequena burguesia formular um projeto de poder, resultado dos limites que a vida prática impunha a esta classe. Por ser uma classe de transição, imprensada entre a burguesia e o proletariado, à pequena-burguesia restava aderir ao projeto de uma destas duas classes fundamentais da sociedade capitalista. Segundo Lukács,

---

<sup>1</sup> Foge a escopo deste artigo adentrar na controvérsia no interior do movimento comunista neste período, sendo necessário apenas pontuar um quanto deve esta política ao legado leninista.

<sup>22</sup> Alguns textos fundamentais como *Manuscritos econômicos e filosóficos*, *A ideologia alemã*, e os *Grundrisse* só seriam publicados na década seguinte. Ou seja, uma parte fundamental da produção marxiana estava indisponível a consulta no período em que o autor húngaro escrevera este texto.

*A burguesia e o proletariado são as únicas classes puras da sociedade, isto é, são as únicas cuja existência e evolução baseiam-se exclusivamente no desenvolvimento do processo moderno de produção. Além disso, somente suas condições de existência permitem imaginar um plano para a organização de toda a sociedade. (Idem, 156)*

No caso da burguesia, por se tratar da classe dominante, sua consciência opera em um certo nível de conhecimento, mas seus limites se dão justamente pela necessidade da continuidade de sua dominação. Querer transpor estes limites, colocaria em jogo sua própria dominação, e "disso nenhuma classe é capaz" (Idem, 147). Sobre o proletariado, o autor defende que, por sua posição na totalidade social, esta "é a única capaz de romper o véu da reificação". Lukács advoga a identidade entre a consciência do proletariado e os interesses gerais da humanidade (Idem, 174), tal como havia feito Marx em sua *Introdução a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, já referido acima. Nestes termos observa-se a justeza de sua distinção entre a "consciência psicológica" e a "consciência adjudicada", sendo esta última sua "condição histórica tornada consciente". O portador desta "consciência" seria nada mais que o Partido Comunista. Talvez mais por incompreensão, no bojo da regressão teórica a que começou a caracterizar o movimento comunista após a morte de Lenin, História e consciência de classe foi condenada pela Internacional Comunista como "desvio idealista", nas palavras do então dirigente da IC, Ziovinev, apesar de se constituir – no nosso ponto de vista – uma defesa apaixonada do princípio leninista da organização. No período imediatamente posterior o próprio Lukács aceitaria os termos da crítica da IC e "renegaria" o seu texto.<sup>1</sup>

Já o filósofo e dirigente comunista italiano Antonio Gramsci, pelas peculiaridades de sua formação intelectual e por sua experiência nos Conselhos Operários de Turim, em 1919, desenvolveu, a partir da teoria leninista, uma elaboração original. Expressa em documentos escritos mesmo no período anterior a sua prisão nos cárceres fascista, como em suas *Teses de Lyon* (1926), onde caracteriza o Partido Comunista como "guia da classe operária", entende que este mesmo Partido – se quiser realizar com sucesso esta tarefa – deve ser "parte da classe" (Gramsci, 2004; Del Roio, 2005, p.137 e passim). De certa forma, deste ponto de vista, ao considerar o Partido como "parte da classe", Gramsci acaba incorporando alguns elementos da crítica elaborada por Rosa Luxemburgo, embora mantendo a forma organizativa e o princípio geral da organização leninista.

---

<sup>13</sup> Até os anos de 1960 o texto teve uma vida subterrânea, influenciando autores como Walter Benjamin e Lucien Goldmann. O filósofo húngaro aceitou republicar o texto só em 1967, não sem antes escrever um "Prefácio" que se tornou famoso por demolir seu próprio texto.

No período carcerário (1926-1936) Gramsci aprofunda esta elaboração a partir do conceito de "intelectual orgânico", que formariam os quadros do "moderno Príncipe", o Partido Comunista. O "intelectual orgânico" que é parte da classe, mas não se confunde com todos os membros da classe e sim se caracterizam pela capacidade organizativa feita a partir da "filosofia da práxis", que é como no cárcere o comunista italiano denomina o marxismo (Gramsci, 2000a; Gramsci, 2000b).

### **Thompson e o "Prefácio" de 1963**

Até aqui as principais conceituações do conceito de "consciência de classe" – e sua conseqüente teoria do partido revolucionário – mantiveram a distinção marxiana da "classe-em-si" e da "classe-para-si". A partir da formulação presente no "Prefácio" de *A formação da classe operária inglesa* (1987), de E. P. Thompson, ocorre uma modificação importante. Neste texto o historiador marxista britânico afirma que a experiência da classe é algo em que as pessoas são lançadas involuntariamente; a "consciência de classe" seria o tratamento cultural feito a esta experiência. Ora, tratamento cultural a experiência da classe seria correspondente, justamente, a idéia de "classe-em-si", não estando presente algo que mesmo se aproxime da "classe-para-si".

Como forma de explicar o porquê desta proposição de Thompson, queremos expressar em primeiro lugar nossa contrariedade na caracterização de "culturalista" à obra do historiador britânico, no que temos acordo com o trabalho recentemente publicado por Marcelo Badaró Mattos (2006). Ainda segundo este, é preciso lembrar que quando produziu sua obra, publicada em 1963, alguns cientistas sociais estavam proclamando "o fim da classe operária", o que fazia de *A formação* um trabalho na contramão daquela tendência (Idem, 84). Ainda segundo Mattos, Thompson repudiou o epíteto de "culturalista" em debate "nas polêmicas que se seguiram à publicação do seu livro *Miséria da Teoria*" (Idem, 104). Contudo, no que diz respeito ao conceito de "consciência de classe" pode-se afirmar sim que a obra thompsoniana representa sim uma "ruptura" com todo o debate anterior. O que se segue é uma tentativa de explicar tal "ruptura".

Em primeiro lugar é preciso lembrar a vinculação do historiador à tradição do Grupo de Historiadores do Partido Comunista Britânico, que compreendia nomes como Maurice Dobb, Eric Hobsbawm, Christopher Hill, o próprio Thompson, entre outros, e o impacto causado nestes pelas revelações dos crimes de Stalin no *XX Congresso do PCUS*, tal como da invasão da Hungria pelas tropas soviéticas, eventos ocorridos no mesmo ano de

1956. Como se sabe, o resultado foi o abandono de Thompson, Hill e outros importantes membros das fileiras do PC britânico e, no caso de Thompson, sua posterior militância na chamada Nova Esquerda, dando origem inclusive a importante *New Left Review*, ainda no ano de 1959. Não se tratava, assim, da formação de um partido político alternativo, e sim de um movimento de esquerda mais amplo, que empunhou bandeiras como a do desarmamento nuclear etc. A ruptura de Thompson com o PC também foi um rompimento com a “forma partido”, aliás movimento extremamente característico no período quando, por exemplo, observamos a emergência da alternativa guerrilheira – também uma alternativa a “forma partido” – e outras formas organizativas que acabariam por desembocar na vaga revolucionária aberta em 1968, que se estenderia até meados dos anos 70. Esta opção de Thompson teve conseqüências práticas expressas em sua obra e significou, ao nosso ver, num abandono de todo o debate travado no interior do campo marxista do conceito fundamental de consciência de classe e da distinção proposta por Marx em sua *Miséria da Filosofia*.

## **Bibliografia**

- DEL ROIO, Marcos. Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926). São Paulo: Xamã, 2005.
- FREDERICO, Celso. O jovem Marx: as origens da ontologia do ser social. São Paulo: Cortez, 1995.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.
- \_\_\_\_\_. Cadernos do cárcere. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.
- \_\_\_\_\_. Escritos políticos. Vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HEGEL, A fenomenologia do espírito. Os pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- HOBSBAWM, Eric. “Introdução ao Manifesto Comunista.” In. HOBSBAWM, E. Sobre história. São Paulo: Cia da Letras, 1998, p.293-308.
- KAUTSKY, Karl. O caminho do poder. São Paulo: Hucitec, 1979.
- LENIN. Que fazer? São Paulo: Hucitec, 1979.
- LÖWY, Michel. A teoria da revolução no jovem Marx. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LUKÁCS, G. História e consciência de classe. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MATTOS, M. B. "E. P. Thompson no Brasil." Outubro, n.14, 2006, p.81-110.
- MARX, Karl. A miséria de la filosofía. México: Siglo XXI, 1987.
- MARX, K. & ENGELS, F. O Manifesto do Partido Comunista. Textos, vol III, São Paulo: Edições Sociais, s.d., p.13-47.
- THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TROTSKY, L. O Programa de Transição. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2004.